

**Impresso
Especial**

9912290136/2012-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISSN 0102-0374

Curitiba, v.34, n.5-6, maio/junho 2012

sumário

- 3 QUEDA DO DESEMPREGO E DESAQUECIMENTO DA ECONOMIA
Gilmar Mendes Lourenço
- 9 POLÍTICA ECONÔMICA E FLUXO CAMBIAL
Francisco José Gouveia de Castro
- 12 AVICULTURA: BRASIL VAI À OMC CONTRA A ÁFRICA DO SUL
Guilherme Amorim
- 14 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 16 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO *(Editor)*

Equipe

GUILHERME AMORIM *(Economista)*

SURYANE NABHEM KALLUF *(Economista)*

CASSIANO CORRÊA DE OLIVEIRA *(Estagiário de Economia)*

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI *(supervisão editorial)*

ESTELITA SANDRA DE MATIAS *(revisão de texto)*

ANA BATISTA MARTINS *(editoração eletrônica)*

DORA SÍLVIA HACKENBERG *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

QUEDA DO DESEMPREGO E DESAQUECIMENTO DA ECONOMIA

*Gilmar Mendes Lourenço**

Este texto visa descrever, de maneira breve, alguns pontos presentes no debate acerca da aparente contradição entre a conjuntura de evidente perda de embalo das atividades econômicas no Brasil, a vigorosa operação do mercado de trabalho e a vertiginosa ascensão da aprovação do governo e, principalmente, da popularidade da presidente da República nas pesquisas de opinião, suplantando até os índices recordes colhidos por seu predecessor.

De fato, a taxa de desocupação, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília), caiu de maneira abrupta e ininterrupta nos últimos oito anos e meio.

O desemprego médio desceu do patamar de 12,3% da população economicamente ativa (PEA), em 2003, para 6,0% da PEA, em 2011, reflexo do ciclo de arrancada do crescimento econômico experimentado pelo País, amparado inicialmente na inserção no estágio ascendente do comércio mundial, a partir de 2002, e depois no fortalecimento do mercado interno, desde fins de 2005. Sublinhe-se que a marcha virtuosa foi interrompida entre outubro de 2008 e março de 2009, por conta do contágio doméstico da primeira onda da crise financeira internacional.

É curioso observar que o fenômeno de descida do desemprego prosseguiu durante todo o exercício de 2011 e neste começo de 2012, a despeito do flagrante curso de desaceleração dos níveis de atividade, provocado principalmente pelas medidas macroprudenciais aplicadas pelas autoridades monetárias entre outubro de 2010 e julho de 2011, visando sufocar os focos de demanda atrelados à recidiva inflacionária.

Em maio do corrente ano, a desocupação ficou em 5,8% da PEA, contra 6,4% da PEA no mesmo mês de 2011, a menor para o mês da série histórica iniciada em 2002, mas que ainda embute duas anomalias. A primeira reside na apreciável proporção de jovens na condição de desempregados, devido à insuficiente qualificação e às resistências à contratação, por parte dos empregadores, associadas às elevadas despesas incorridas por ocasião de eventuais dispensas.

A segunda restrição equivale ao componente friccional da desocupação, típica de estágios de aquecimento do mercado e de exacerbação da rotatividade da mão de obra, em busca de melhores oportunidades de remunerações, potencializados no Brasil pela existência de vantagens financeiras nas demissões, como o recebimento do aviso prévio, a possibilidade de feitura de acordo para retirada do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), a eventual multa de 40,0% sobre o FGTS, o seguro desemprego etc.

Decerto, considerando que as avaliações clássicas sublinham a existência de um retardo, de um intervalo de tempo de aproximadamente três a seis meses, entre a decolagem das decisões de política econômica e o pouso sobre o setor produtivo, pareceria razoável supor o delineamento de uma reversão da rota cadente do desemprego.

Uma parcela dos meios especializados atribui a não confirmação dessa pressuposição à preponderância da preferência das organizações em manter inalterado o contingente de pessoal, em razão da aposta na natureza transitória do quadro de pronunciada perda de velocidade das vendas comerciais e de contração da produção industrial, e dos apreciáveis custos implícitos nas demissões e recontrações.

Por essa visão, alternativamente, as empresas estariam recorrendo à diminuição das jornadas trabalhadas, por meio do corte de horas extras e da concessão de férias coletivas. De fato, tanto a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), do IBGE, e os Indicadores Industriais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apontam diminuição das horas pagas de -1,4% e -1,1%, respectivamente, nos quatro primeiros meses do ano.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Em sendo isso verdadeiro, haveria substancial ociosidade do fator trabalho, o que, por extensão, comprimiria a capacidade de negociação e de obtenção de reajustes reais de salários, por parte das categorias laborais, por ocasião dos dissídios coletivos. Adicionalmente, em caso de reativação da demanda, seria factível a subida da produção sem a necessidade de efetivação de expressivo volume de contratações em curto prazo.

Contudo, um exame preliminar das demais estatísticas básicas do mercado de trabalho brasileiro não confirma tal hipótese. Isso porque, não bastasse a magnitude da taxa de desemprego de 2012 situar-se abaixo do padrão registrado em 2011, as supostas folgas no emprego, subjacentes à negação de demissões pelas companhias, não justificariam as ofensivas de contratações.

Nesse sentido, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) revelam intensidade elevada tanto de admissões quanto de demissões, em 2011 e neste princípio de ano, o que derrubaria o argumento de redobrada cautela das empresas no que se refere às despesas com absorção e desligamento de mão de obra e reforçaria a tese de ampliação da taxa de rotatividade da mão de obra. Estes dois pesos da balança de ocupações chegaram a 9,3 milhões e 8,4 milhões de pessoas para contratações e desligamentos, respectivamente, entre janeiro e maio de 2012, configurando variação líquida de +2,3% frente ao desempenho dos cinco primeiros meses de 2011.

Por fim, a tese de frouxidão dos postos e retração das variações salariais esbarra na constatação de preservação da tendência de reajustes de rendimentos do trabalho acima da inflação, superando em algumas situações a própria produtividade setorial, o que pode ser atribuído, em grande medida, à mobilidade dos trabalhadores na busca de maiores remunerações e outras vantagens, em um clima de mercado ainda aquecido.

A massa salarial real da indústria cresceu 4,5% no primeiro quadrimestre de 2012 conforme a PIMES e 7,4% segundo a CNI. Já de acordo com a PME, o rendimento real do trabalho atingiu R\$ 1.725,60, ou 2,77 salários mínimos em maio de 2012, suplantando em 4,9% o valor registrado no mesmo mês de 2011.

Adicionalmente, algumas simulações permitem verificar que o montante total de salários reais pagos nas seis Regiões Metropolitanas subiu mais de 6,0% em 2012, puxado pela construção civil (19,0%), serviços (80,0%) e administração pública (7,0%). Ademais, cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostram que a diferença entre o salário mínimo (SM) considerado ideal pela entidade e o efetivamente estipulado pelo governo federal no País é a menor da história. Mais precisamente, o SM adequado seria 2,7 vezes maior que o fixado atualmente contra 3,3 vezes no final de 2011 e 8,1 vezes em 1994, quando do lançamento do Plano Real.

Os indicadores de demanda e oferta de trabalho no Brasil confirmam a expansão econômica baseada no consumo privado e nos gastos do governo

Em outros termos, o comportamento dos indicadores de demanda e oferta de trabalho no Brasil enfeixa os resultados de uma opção pela expansão econômica ancorada no consumo privado e nos gastos públicos, presente sobretudo no período 2007-2010, compreendendo o segundo mandato do presidente Lula, no qual o Produto Interno Bruto (PIB) do País cresceu 4,5% ao ano.

Em sendo baseada na conjugação entre ingresso maciço de poupança externa, ganhos de intercâmbio e multiplicação das políticas de renda, notadamente a apreciação do salário mínimo e as transferências diretas, essa escolha estratégica repercutiu, de maneira positiva, nos segmentos com forte poder de absorção de mão de obra, como construção civil, comércio e serviços.

Nesse sentido, os elementos animadores proporcionados pelos atuais pisos históricos de desemprego, pelo dinamismo de ingressos e saídas de trabalhadores e pela impulsão dos salários reais médios afastam as chances de descoberta de frestas expressivas no grau de utilização deste fator de produção ou de formação de grupos de reserva no interior das firmas.

Mais que isso, a paisagem econômica favorável e o acentuado estado de satisfação predominante na sociedade facilitam o entendimento, na órbita política, do enorme coeficiente de aceitação popular da gestão Dilma, a despeito da freada econômica, comprovada pela variação de apenas 2,7% do PIB em 2011 e de 1,9% no indicador de doze meses encerrados em março de 2012.

O PIB do primeiro trimestre de 2012 cresceu apenas 0,2% e 0,8% em comparação com os três últimos e os três primeiros meses de 2011, respectivamente, em face dos desdobramentos do agravamento da instabilidade exógena e da morosa resposta privada aos estímulos de calibre fiscal e monetário lançados pelo executivo federal, no afã de reativar a economia, provavelmente em decorrência de sua exígua coerência, sobretudo na área tributária, em um estágio de esgotamento da capacidade de endividamento primário da população.

A deterioração da atmosfera econômica externa pode ser atestada pela recessão europeia, inserindo outros países, além da Grécia; estagnação dos Estados Unidos, também afetada pelo evento eleitoral de 2012 naquele país; morosa reativação japonesa e incertezas quanto à magnitude da inevitável desaceleração chinesa. A propósito da China – cujo PIB cresceu 8,1% no primeiro trimestre de 2012, o menor nível em três anos, e a inflação fechou em 3,0% em doze meses até maio de 2012, a menor intensidade em dezessete meses –, o Banco Popular vem diminuindo os depósitos compulsórios das entidades financeiras comerciais desde o final de 2011 e, em junho de 2012, cortou a taxa básica em 0,25 ponto percentual, fazendo-a declinar para 6,31% ao ano.

Como resultado, apurou-se, no Brasil, moderação na expansão do consumo das famílias (2,5%), ancorada nos bens saláris, e drástica redução do produto agrícola (-8,5%, a maior em quinze anos) e dos investimentos (-2,7%).

Cumprir assinalar que o impacto do decréscimo do *quantum* do agro foi, em grande medida, neutralizado parcialmente pela recuperação da renda rural, afetada positivamente pela subida das cotações das *commodities* agrícolas e pelo recente movimento de apreciação do dólar nos mercados mundiais.

A queda da taxa de investimento (de 19,5% do PIB nos primeiros três meses de 2011 para 18,7% do PIB no primeiro trimestre de 2012) advém do recolhimento dos planos do setor privado e da pífia atuação do governo na montagem de mecanismos capazes de assegurar o desencaixe dos projetos voltados à desobstrução dos gargalos infraestruturais ao crescimento sustentado.

É preciso mencionar ainda que o setor industrial chegou a apurar tecnicamente uma recessão, evidenciada pelo regresso da produção aos níveis atingidos em 2007. Houve contração de -2,1% e -3,0% no quarto trimestre de 2011 e no primeiro trimestre de 2012, respectivamente, em confronto com igual período do ano anterior, tendência que prosseguiu no mês de abril, com as atividades fabris amargando decréscimos de -0,2% e -2,9%, em relação ao mês anterior e ao mesmo mês de 2011, respectivamente. Nos primeiros quatro meses de 2012 o declínio foi de -2,8%, influenciado por bens de consumo duráveis (-10,3%) e bens de capital (-9,8%). Frise-se aqui a interferência pontual exercida pela queda na produção de caminhões, depois da introdução dos novos motores.

O panorama frustrante reproduz a conjugação entre o rápido esmorecimento da economia mundial, a natureza insuficiente das ações de desoneração do Programa Brasil Maior, a quebra de safra no Centro-Sul e a demora da flexibilização monetária em atingir o lado real da economia. Isso é mais dramático em um contexto de exaustão dos impactos da transfusão de recursos públicos por meio de programas oficiais de transferência de renda (Bolsa Família e previdência) e de ascensão do endividamento das famílias, acompanhado do salto da inadimplência, provocado pelo crédito farto e caro (apesar das taxas cadentes), e da contração do desejo das instituições financeiras em conceder empréstimos.

O Banco Central (BC) sinaliza que o crédito total equivaleu à marca recorde de 50,1% do PIB, em maio de 2012, contra 45,7% do PIB em maio de 2011. As taxas médias de juros cobradas nas linhas referenciais foram de 32,9% a.a. em maio de 2012, *versus* 40,0% a.a. em maio de 2011, o menor nível desde 2000. Nos empréstimos para as famílias, os juros ficaram em 38,8% a.a., atingindo o piso desde julho de 1994, e para as empresas foram de 25,0% ao ano.

No que tange ao peso das dívidas (saldo do passivo assumido com juros e amortizações das contas como proporção da renda em doze meses), inferências do BC denotam que o brasileiro comprometia, em abril de 2012, em média, 43,0% dos rendimentos anuais, contra

40,0% em abril de 2011, e 22,3% do fluxo de caixa mensal, o nível mais elevado desde outubro de 2011 (22,4%). Diga-se de passagem que este parâmetro pode perfeitamente alcançar 40,0% se forem incorporados à sangria dos haveres orçamentários dos consumidores os parcelamentos dos cartões de crédito.

O mais grave porém é que, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a fúria do endividamento vem minando o poder de resistência orçamentária das pessoas menos favorecidas. Tanto que 24,0% da população que auferir renda domiciliar mensal de até 4,8 mil registra dívidas totais superiores a 50,0% das receitas, contra 19,3% para a média das famílias.

É interessante incluir o salutar acréscimo do crédito imobiliário, acoplado às iniciativas na direção da diminuição do déficit habitacional, por parte do governo federal, que, mesmo crescendo a taxas superiores a 40,0% a.a., ainda representa apenas 5,4% do PIB, ou 10,0% do montante total de financiamentos realizados no País.

Inferências do BC também especificam a ressaca do consumo, com a alta da inadimplência (saldo dos pagamentos em atraso superior a 90 dias) das famílias, que chegou a abarcar 8,0% dos consumidores em maio de 2012, o maior nível desde setembro e outubro de 2009 (8,1%), contra 7,6% em abril e 6,4% no mesmo mês do ano anterior, apesar da ocorrência de acentuada elevação da massa de salários (emprego e remuneração). No cartão de crédito e no cheque especial, as cifras em atraso respondem por 29,5% e 11,3% do total das dívidas.

A inadimplência total (pessoas físicas e jurídicas) foi de 6,0% em maio de 2012, contra 5,1% em maio de 2011, a maior da série histórica iniciada em 2000. Para o Itaú, o retardo nos pagamentos estaria em 7,0%, o maior nível desde março de 2010, e para o Bradesco em 6,8%, o mais elevado desde junho de 2010.

O atraso acima de 90 dias nas prestações de financiamento de veículos chegou a 5,9%, recorde histórico, e entre 15 e 90 dias a 8,0%, sendo o maior nível desde março de 2009. As estatísticas da Fenabrave mostram que os estoques de veículos, em abril de 2012, correspondiam a 43 dias de venda, incluindo o encalhe nos pátios das montadoras e concessionárias, representando o nível mais elevado desde novembro de 2008, no começo do colapso global, quando chegou a 56 dias.

Por essa ordem de problemas, soa no mínimo precipitada a nova onda de incentivos dirigidos à reativação do consumo e, em menor grau, do investimento – a sétima desde a eclosão da turbulência externa em setembro de 2008 –, anunciada pelo governo no final do mês de maio.

A cesta de vantagens incluiu o decréscimo de 2,5% para 1,5% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre os financiamentos às pessoas físicas e uma espécie de ressurreição equivocada das operações de redesconto seletivo, praticadas pelo BC nas décadas de 1980 e 1990, marcada pela liberação de R\$ 18,0 bilhões dos recolhimentos compulsórios incidentes sobre os recursos a prazo, como reforço extraordinário aos novos financiamentos do segmento automotivo, o que representa um adicional de 10,0% do crédito dirigido a este segmento.

Convém mencionar que o atual pacote de benesses foi antecedido pelo corte do imposto sobre produtos industrializados (IPI) dos eletrodomésticos de linha branca, incluindo fogões e geladeiras, e móveis, laminados, revestimentos, luminárias e papéis de parede. Inicialmente vigentes até junho de 2012, os incentivos foram prorrogados para até o final de agosto e setembro para os produtos de linha branca e o grupo de móveis, respectivamente.

Houve ainda a contração dos juros para as linhas do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo de 7,5% a.a. para 5,5% a.a., para ônibus e caminhões, de 7,3% a.a. para 5,5% a.a., para a aquisição de bens de capital, e de 9,0% a.a. para 8,0% a.a. para as exportações de máquinas e equipamentos.

Ainda no sentido da recuperação das vendas de automóveis, foi definido o declínio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a vigorar até o final de agosto de 2012, de 7,0% para 0,0%, para todos os carros 1.0; de 11,0% para 5,5%, para veículos flex de 1.0 a 2.0; de 13,0% para 6,5% para os modelos de 1.0 a 2.0, movidos à gasolina; e de 4,0% para 1,0%, para comerciais leves, além do recuo moderado para os importados.

Com isso, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) prevê queda de até 10,0% nos preços finais dos carros 1.0, de 7,0% para a faixa de 1.0 a 2.0 e de 7,0% para os utilitários, o que poderá ensejar a diminuição da ocupação dos pátios, que contêm aproximadamente 360 mil unidades, entre automóveis, caminhonetes e caminhões.

Em fins de junho de 2012 foi anunciado novo elenco de incentivos à economia escorado no incremento de R\$ 6,6 bilhões das aquisições governamentais de máquinas e equipamentos agrícolas, ônibus, caminhões, motos e mobiliário escolar para o segundo semestre, e na diminuição da taxa de juros de longo prazo (TJLP), referência para os financiamentos do BNDES, de 6,0% a.a. (desde julho de 2009) para 5,5% a.a., e das taxas de juros do Plano Safra 2012-2013 de 6,75% a.a. para 5,5% a.a., para custeio e comercialização, e de 6,75% a.a. para 5,0% a.a. para investimentos. O governo disponibilizou R\$ 115,2 bilhões para o Plano, dos quais 75,4% deverão suprir a demanda para custeio e comercialização e 24,6% a de investimentos.

No entanto, partindo do pressuposto de que o encurtamento da intensidade de crescimento econômico imporá severas restrições à continuidade da expansão dos rendimentos reais dos trabalhadores, em médio prazo, parece adequado admitir a premência em corrigir algumas disfunções na área do emprego. Estas podem ser sintetizadas nas insuficientes políticas públicas voltadas à capacitação de trabalhadores que, por seu turno, traduzem desde a escassa prioridade conferida à educação básica e profissionalizante no Brasil até a frágil aderência da formação às especificações e exigências de um mercado em constante mutação.

O ataque a essas anomalias, ao lado da incorporação de avanços na legislação trabalhista, poderia engendrar a montagem de condições estruturais para o acréscimo da renda resultante da massa de remunerações, com a geração de vagas qualitativamente superiores e, conseqüentemente, o pagamento de maiores salários médios. Isso seria absolutamente essencial para garantir a continuidade do incremento do consumo ligado à renda e à capacidade de formação de dívidas.

A gestão econômica atual é carente de uma visão de longa maturação temporal, materializada em projetos capazes de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e industrial do País

No fundo, a orientação macroeconômica atual é desprovida de uma visão de longa maturação temporal, materializada em projetos capazes de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e industrial do País, escorados, dentre outras coisas, em uma reformulação generalizada do aparato tributário, no sentido da simplificação e diminuição de um fardo pesado, refém de um pacto federativo e dependente de regimes pouco eficientes de transferências e vinculações de receitas.

Essa lacuna pode ser identificada no novo regime automotivo, lançado em abril de 2012, contendo critérios que cobrem o intervalo 2013-2017. Na amarração da diminuição do IPI a metas mensuráveis, ficou estabelecido, por exemplo, o destino de 0,5% (em 2017) do faturamento das fábricas em inversões em pesquisa e desenvolvimento, contra entre 4,0% e 5,0% da média internacional.

O mais gritante, porém, é que a marca emergencial percebida nas ações governamentais, focada na reativação do consumo interno, em vez de despertar iniciativas de incremento do potencial produtivo, provoca posturas acomodatórias no setor privado, traduzidas na preferência de constituição ou participação em grupos de pressão específicos de elos de cadeias produtivas privilegiadas, à caça de incentivos que, no limite, impulsionam a matriz de custos e deprimem a de rentabilidade para os segmentos que ficam à margem dos benefícios oficiais.

No fundo, em uma situação econômica inóspita à deflagração dos planos de investimentos do setor privado, o executivo federal vem negligenciando a premência em privilegiar as estratégias de retomada do desenvolvimento de longo termo, através da aplicação dos ganhos de intercâmbio na desobstrução dos estrangulamentos à ampliação da oferta e da produtividade dos fatores de produção.

A esse respeito, é pertinente lembrar que a valorização das exportações atrelada à consolidação das vantagens comparativas no suprimento mundial de *commodities* (agrícolas, minerais e metálicas) impôs rearrumações na combinação de fatores da matriz de produção brasileira, inclusive por meio da ampliação do coeficiente de importações de insumos e bens de capital requeridos pelo processo expansivo dos segmentos líderes.

Entretanto, é igualmente válido sublinhar a desatenção da orientação macroeconômica – decorrente da exacerbada atenção com a inflação ou da convicção de vida eterna da zona de conforto propiciada pelo estágio mundial ascendente da demanda por bens primários e semielaborados – com os impactos negativos da apreciação do real (causada pelas operações de arbitragem dos juros, em um ambiente de aprofundamento da abertura comercial) sobre a base manufatureira e, sobretudo, os planos empresariais centrados em inversões nos ramos da 3.^a Revolução Industrial.

O que ressalta é a escassez de propostas ou iniciativas públicas compensatórias para alavancar as fontes de expansão estruturais como educação básica, qualificação de mão de obra, inovação e difusão tecnológica e infraestrutura. Nesse item não se vislumbra empenho na procura de fixação de regras transparentes e estáveis de regulação, de despolitização das agências reguladoras, de restauração dos mecanismos de concessões nas áreas de transporte, energia e saneamento, e das licitações para exploração de petróleo e gás, e a renovação de espaços orçamentários para investimentos governamentais, abarcando a redefinição das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Tudo isso, ao lado da derrubada dos obstáculos de natureza administrativa e burocrática à concretização das obras, representados pela lentidão nos processos de aprovação das licenças ambientais, pelos vultosos gastos com desapropriações para os empreendimentos logísticos e pelos deficientes projetos de engenharia, favoreceria o aumento da eficiência do portfólio de empreendimentos privados.

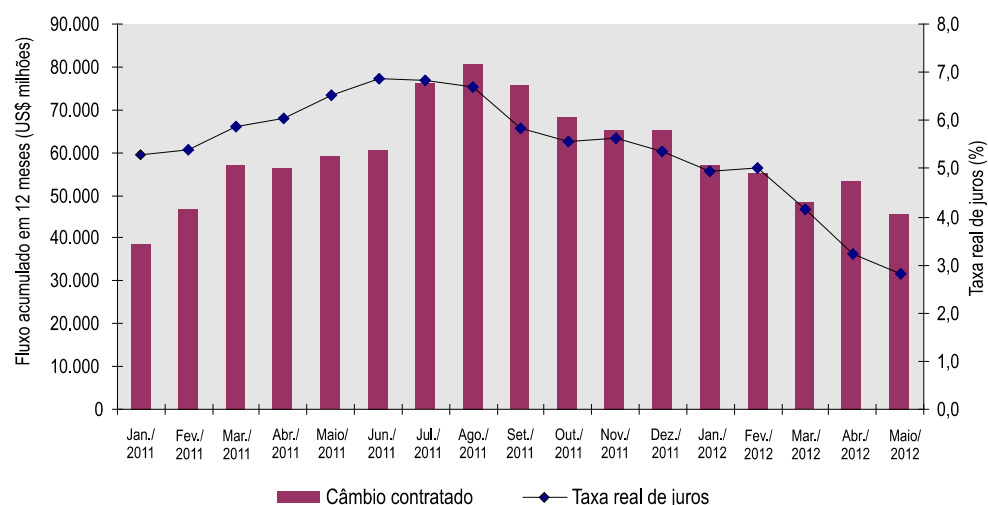
Ao contrário, as inversões sob a responsabilidade da esfera pública tem expressado linha descendente, ficando atualmente abaixo de 2,0% do PIB, e as federais em 1,2% do PIB. Destas últimas, mais de 1/3 correspondeu, nos primeiros cinco meses de 2012, aos subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida, autêntica despesa corrente. Mais de 90,0% do acréscimo dos dispêndios primários da União destinaram-se a pessoal e custeio da máquina no triênio 2009-2011.

Outra distorção de monta compreende a ferrenha defesa da exorbitante ampliação de conteúdos locais nos bens de capital empregados, especialmente nos projetos energéticos estratégicos, na contramão da marcha de funcionamento integrado das cadeias de suprimento em escala global, privilegiando a minimização de custos, independentemente do ponto geográfico de fabricação.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), no 167.º encontro, realizado em maio, promoveu nova diminuição da taxa Selic de 9,0% a.a. para 8,50% a.a., levando-a ao menor patamar da história. A decisão foi tomada devido à avaliação de que a recuperação da economia brasileira tem sido demasiadamente lenta, com crescimento de 0,2% do PIB no primeiro trimestre do ano na comparação com o quarto trimestre de 2011, e às expectativas de que a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), será menor, reflexo do efeito da fraca demanda da Europa e dos Estados Unidos por produtos básicos e da desaceleração da economia chinesa.

Com a redução em 0,5 p.p. no juro básico, agora a 8,5%, o País passou a ter juros reais (após o abatimento da inflação prevista para os próximos 12 meses) de 2,8% ao ano, ainda que cadentes, exercendo substancial impacto sobre a taxa de câmbio contratado no acumulado de 12 meses (gráfico 1), o que, segundo especialistas, é o principal fator de estímulo à saída de capital do País.

GRÁFICO 1 - MOVIMENTO DO CÂMBIO CONTRATADO NO ACUMULADO EM 12 MESES E TAXA REAL DE JUROS - BRASIL - JAN 2011-MAIO 2012



FONTE: Banco Central do Brasil (BC)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

De fato, o fator financeiro tem contribuído de maneira significativa para a desvalorização acentuada do câmbio, recentemente no Brasil. Enquanto na fase de farta liquidez internacional a taxa básica de juros da economia brasileira passou a ser uma variável determinante na formação da taxa de câmbio, no estágio atual, em que há forte restrição de liquidez, ela voltou a ser determinada pela evolução da crise externa e seus impactos no grau de aversão aos riscos dos investidores domésticos e internacionais. A partir disso, o recuo permanente da taxa Selic diminuiu o diferencial entre juros internos e externos, tornando as transações cambiais de natureza financeira elemento de pressão para a depreciação do real. Tanto é assim que, conforme dados apurados pelo BC, a saída de moeda estrangeira do mercado brasileiro pelo câmbio financeiro chegou a US\$ 6,3 bilhões, em maio de 2012, a maior desde novembro de 2008, auge da crise financeira, quando a evasão foi de US\$ 10,298 bilhões.

A desvalorização do real resultou, em maio, em fluxo cambial negativo em US\$ 2,691 bilhões (tabela 1). O resultado só não foi pior em razão do saldo positivo de US\$ 3,6 bilhões na conta comercial. No acumulado do ano, a entrada de divisas externa ainda superou a

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

saída em US\$ 22,55 bilhões, sendo US\$ 19,7 bilhões pela balança comercial e US\$ 2,8 bilhões pela balança financeira. Ainda assim, o saldo foi 48% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado.

TABELA 1 - MOVIMENTO CAMBIAL - BRASIL - JAN 2011-MAIO 2012

PERÍODO	CONTA COMERCIAL			CONTA FINANCEIRA			SALDO CAMBIAL
	Exportação	Importação	Saldo	Compras	Vendas	Saldo	
2011							
Janeiro	15 072	13 995	1 077	42 675	28 240	14 435	15 513
Fevereiro	14 670	15 169	- 498	32 125	24 208	7 918	7 419
Março	20 800	17 137	3 663	37 969	28 972	8 997	12 660
Abril	18 811	15 501	3 310	34 902	36 671	-1 769	1 541
Maio	24 313	17 050	7 263	29 860	31 867	-2 007	5 256
Junho	19 432	18 054	1 378	33 382	37 316	-3 934	-2 556
Julho	23 668	17 415	6 253	39 316	29 745	9 571	15 825
Agosto	25 855	19 188	6 667	28 381	30 893	-2 512	4 155
Setembro	26 228	17 469	8 758	26 030	26 304	-274	8 484
Outubro	21 552	19 684	1 868	27 266	29 268	-2 002	-134
Novembro	20 177	17 649	2 528	21 599	25 069	-3 470	-942
Dezembro	20 606	18 924	1 681	40 492	44 117	-3 625	-1 943
2012							
Janeiro	19 284	18 903	381	34 063	27 162	6 902	7 283
Fevereiro	18 835	15 315	3 520	32 925	30 741	2 185	5 705
Março	22 719	16 687	6 032	32 538	32 830	-291	5 740
Abril	25 138	17 611	7 527	37 764	38 702	-939	6 588
Maio	22 180	18 544	3 636	28 457	34 784	-6 327	-2 691

FONTE: Banco Central do Brasil (BC)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

As saídas líquidas de dólares têm acontecido exclusivamente pela conta financeira, uma vez que as principais operações cambiais dos agentes privados no segmento à vista são realizadas no mercado de derivativos. Esse mercado é atrelado às operações de *hedge* cambial e de especulação, devido ao seu alto grau de alavancagem. Igualmente relevantes são as transações contabilizadas como investimentos estrangeiros em carteira, que registraram saída líquida de US\$ 2,3 bilhões em maio, já que esse pronunciado egresso de divisas influenciou fortemente no processo de desvalorização cambial.

Em linha semelhante, os títulos soberanos brasileiros perderam atratividade com a tendência de queda da taxa básica de juros, as incertezas sobre a condução da política econômica e a recente desvalorização do real, que contribuiu para a redução relativa da demanda externa pelos ativos em moeda americana emitidos pelo governo. Isto é corroborado pelo recuo do ingresso líquido dos títulos de renda fixa dedicados ao País, que, em maio, fechou em menos US\$ 19,77 milhões. No entanto, a alocação no Brasil pelas carteiras globais dedicadas a mercados emergentes, que englobam títulos de dívidas corporativas, cresceu 23,74% em relação ao acumulado de janeiro a maio do ano passado, somando captação líquida de US\$ 1,3 bilhão, segundo a *Emerging-Market Equity Funds Record* (EPFR Global).

Diante desse quadro, o governo brasileiro começou a desmontar o conjunto de medidas que visava impedir a entrada excessiva de dólares, adotadas no início de 2012. Para evitar uma possível escassez de moeda estrangeira, reduziu o tempo de isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6% nas linhas externas, de cinco para dois anos, o que contribuiu para o crescimento do volume de obtenção de empréstimos de longo prazo por empresas no mercado internacional. Na verdade, o governo já acena para a revisão de medidas de restrição ao capital externo, dentre elas a revogação do IOF. Em sendo a principal fonte de recursos de longo prazo para as companhias brasileiras, as captações externas estavam restritas à emissão de bônus, que tem prazos acima de cinco anos. Contudo, o IOF sobre derivativos aumenta o custo de *hedge*, o que implica prejuízo nos balanços das companhias.

Aproveitando-se da farta liquidez, as companhias faziam empréstimos externos emitindo debêntures casadas com operações de *swap* da dívida para reais, evitando os problemas derivados das oscilações cambiais, o que tornava o custo do empréstimo mais barato do que as fontes de captação em reais no mercado doméstico.

Ademais, o Banco Central vem atuando no mercado futuro alocando US\$ 12 bilhões em *swaps* em maio. Até o final de abril de 2012 o BC era tomador de moeda americana, contabilizando, entre janeiro e abril de 2012, a compra de US\$ 18,2 bilhões no mercado à vista e a termo, quando o governo assumia posição contrária à apreciação do real e combatia ferozmente a “guerra cambial”, ou os efeitos do “*tsunami* monetário” gerado pelas economias desenvolvidas. No mês de maio, o preço do dólar comercial subiu 5,8%, e a moeda encerrou negociada a R\$ 2,02, depois de ser cotada acima de R\$ 2,10.

A recente combinação entre instrumentos fiscais e monetários, praticada pelo governo visando à recuperação da economia, não tem sido suficiente para amenizar o movimento de alta da moeda americana, que fechou o mês de maio com preços não vistos em mais de três anos. No entanto, a volatilidade da taxa de câmbio impede que investidores estrangeiros e nacionais possam planejar seus investimentos no Brasil, dadas as incertezas quanto aos montantes a serem aplicados e à programação das remessas de lucros e dividendos, fator importante para os acionistas.

AVICULTURA: BRASIL VAI À OMC CONTRA A ÁFRICA DO SUL

Guilherme Amorim*

Na segunda quinzena de junho de 2012, a representação brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC) interpelou oficialmente a África do Sul sobre a aplicação infundada de taxas *antidumping* sobre a carne de frango brasileira, em vigência desde fevereiro deste ano. Antes que a questão fosse levada à OMC, diversas tentativas infrutíferas de negociação foram realizadas. Pedacos desossados congelados recebem sobretaxa em 6,26% quando oriundos da Cooperativa Aurora, de Santa Catarina, e de 46,59% quando exportados por qualquer outro produtor brasileiro. Frangos inteiros, também congelados, recebem tarifa adicional de 62,93%. A medida, em princípio, vigorará até meados de agosto. Sua prorrogação, contudo, é dada como certa por produtores brasileiros e sul-africanos.

A disputa começa através do pedido oficial de consultas bilaterais, em que se busca um acordo por 60 dias. Não é coincidência, portanto, que a decisão do Itamaraty ocorra cerca de dois meses antes que a imposição expire. Caso não se alcance um acordo, o processo será levado ao painel de arbitragem da organização. Como há a possibilidade de que a parte perdedora apele à decisão dos árbitros, as contendas tendem a demorar anos.

O produto foi, em 2011, o sexto mais significativo na pauta brasileira de vendas ao exterior, atrás de minérios de ferro, óleos brutos de petróleo, soja em grão, açúcar bruto e café em grão, representando 2,8% do valor exportado. A medida sul-africana foi implantada em um cenário de recrudescimento do protecionismo no comércio internacional (inclusive por parte do Brasil), com a utilização de diversos instrumentos. É natural, portanto, que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) tenha agido nesse caso como forma de impedir que um precedente protervo se estabeleça em setor economicamente relevante.

A avicultura brasileira ganhou participação no mercado internacional em períodos recentes, parcialmente por causa de problemas de sanidade que afligiram países com grande plantel de aves de corte. De acordo com informações da Organização Mundial para a Saúde Animal, entre 2005 e 2011 houve surtos da Doença de Newcastle em Hong Kong, Rússia, Turquia, Indonésia e Alemanha, tradicionais produtores. A organização registrou ocorrências de gripe aviária (H5N1 e H5N2) na Índia, Japão, Rússia, China e Hong Kong no último triênio.

A África do Sul teve, segundo o USDA, a décima maior produção de carne de frango em 2011. Contudo, surtos destes vírus no país prejudicaram a expansão da produção local e enfraqueceram sua imagem no mercado interno. Houve casos de Newcastle entre 2005 e 2010, de H5N1 em 2006 e de H5N2 em 2010.

A avicultura nacional também conquistou competitividade, dentre outros fatores, através da extraordinária oferta brasileira de grãos, acesso a crédito (interno e externo), fortalecimento do mercado interno, crescimento e diversificação da estrutura de cooperativas, desenvolvimento de técnicas de manejo compatíveis com padrões ambientais e energéticos mais rigorosos, e pesquisas de melhoramento genético dos animais. Nesse contexto, ressalte-se a contribuição das pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para a evolução do setor, realizadas desde 1978.

O mercado sul-africano é relevante e promissor. O país foi o sétimo maior importador de carne de frango em 2011, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês). Situou-se atrás de Japão, Arábia Saudita, China (inclusive Hong Kong), México, Rússia e Iraque. Dentre esse grupo, a África do Sul apresentou o maior crescimento na demanda internacional pela *commodity*, 35,83% em relação a 2010. O consumo *per capita* cresceu mais de 4% ao ano na última década, e alcançou 33,3 kg anuais em 2011. O potencial de crescimento pode ser estimado através da comparação com o padrão de consumo brasileiro (47,4 kg anuais *per capita*).

A avicultura é parte vital da economia paranaense. Segundo a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, o setor respondeu por 15,81% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) em 2010, montante equivalente a R\$ 5,36 bilhões. Somente o subsetor de frango para

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

corde é responsável por 12,1% do VBP do Estado. Para além disso, o setor gerava naquele ano 10.647 empregos formais na criação e 43.109 vínculos no abate de aves, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. Somados, estes vínculos representavam 1,93% do total de registros formais de emprego.

No ano passado, o Paraná produziu 25,16% da carne de frango brasileira, segundo a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (IBGE). Maior produtor entre as unidades da federação, o Estado tem demonstrado excepcional desempenho no mercado externo. Em 2011, o embarque de carne de frango *in natura* representou 10,4% de todo o valor das exportações do Paraná (tabela 1).

TABELA 1 - EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO *IN NATURA* - PARANÁ E BRASIL - 2007-2012

ANO	PARANÁ		BRASIL		PART. PR/ BR (%)		PART. TOTAL EXPORT. PARANAENSE (%)
	US\$ FOB	Quant. (kg)	US\$ FOB	Quant. (kg)	US\$ FOB	Quant. (kg)	
2007	1 111 484 465	828 021 519	4 217 466 991	3 007 075 144	26,35	27,54	9,0
2008	1 551 623 519	889 505 012	5 821 977 431	3 267 888 834	26,65	27,22	10,2
2009	1 213 299 567	853 786 515	4 817 758 096	3 265 748 551	25,18	26,14	10,8
2010	1 481 316 292	927 252 267	5 789 272 946	3 460 759 578	25,59	26,79	10,4
2011	1 812 130 391	964 204 435	7 063 213 913	3 569 902 688	25,66	27,01	10,4
Jan.-Abr. 2012	604 447 538	344 950 816	2 198 013 589	1 185 102 805	27,50	29,11	11,4

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

A exportação paranaense desse produto destina-se, preponderantemente, a mercados maduros e rentáveis como Arábia Saudita, Japão, China e Emirados Árabes Unidos (tabela 2). Entretanto, os embarques para a África do Sul representaram 2,89% da receita e 6,16% do volume em 2011, participação relevante.

TABELA 2 - EXPORTAÇÃO PARANAENSE DE CARNE DE FRANGO *IN NATURA*, SEGUNDO DESTINO - 2011

PAÍS	US\$ FOB	PART. (%)	QUANT. (kg)	PART. (%)
Arábia Saudita	460 557 052	25,42	251 118 561	26,04
Japão	265 119 770	14,63	83 690 493	8,68
China	150 006 931	8,28	67 008 121	6,95
Emirados Árabes Unidos	143 520 327	7,92	69 792 112	7,24
Hong Kong	140 680 649	7,76	89 162 136	9,25
Kuaitê	80 206 536	4,43	48 721 892	5,05
Venezuela	69 283 243	3,82	35 825 321	3,72
África do Sul	52 323 214	2,89	59 406 472	6,16
Iraque	41 183 500	2,27	24 940 389	2,59
Países Baixos	34 183 999	1,89	13 116 136	1,36
Catar	27 324 442	1,51	14 515 491	1,51
Omã	25 413 497	1,40	13 109 332	1,36
Demais países	322 327 231	17,79	193 797 979	20,10
TOTAL	1 812 130 391	100,00	964 204 435	100,00

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Paralelamente ao litígio sobre a cobrança de taxas *antidumping* sobre a carne de frango, consultas informais serão feitas junto à representação sul-africana sobre a vigência de medidas sanitárias que impedem a exportação, desde 2005, de carne suína brasileira àquele país. Qualquer avanço nessa questão seria vantajosa para a produção paranaense, terceira maior do Brasil em 2011 – participação de 18,69%, também de acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (IBGE).

Embora seja imprevisível o andamento do processo na OMC, investigação realizada pelo órgão de defesa da concorrência da África do Sul (*Competition Commission*) tende a ajudar a causa brasileira. A entidade regulatória examina, desde 2009, práticas da associação de produtores de aves do país (*South African Poultry Association*), grupo que pressionou o governo local pela aplicação da tarifa *antidumping*. Também examina as atividades de cinco produtores e da associação de produtores de ração animal em busca de evidências de cartelização. A investigação ainda não foi encerrada, mas a entidade afirmou ter descoberto contravenções. Um dos produtores já admitiu conduta imprópria, e aceitou acordo para reduzir as multas que lhe serão impostas.

AGROINDÚSTRIA

Brasil Foods ampliará fábrica de Carambeí

A Brasil Foods (BRF) investirá R\$ 40 milhões em sua unidade localizada no município de Carambeí, na Região Centro-Oriental Paranaense. A fábrica produz leite e derivados sob a marca Batavo. Estima-se que as obras de modernização e ampliação da capacidade de produção durem 18 meses.

CASADO, Letícia. BRF planeja investir R\$ 40 milhões em fábrica da Batavo. *Valor Econômico*, São Paulo, 07 maio 2012. Empresas, p. B6.

Coamo absorve Coagel

A Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), sediada em Campo Mourão, absorveu a estrutura da Coagel, cooperativa de Goioerê. Ambos os municípios localizam-se na Região Centro-Ocidental do Estado. Três anos atrás, as duas entidades realizaram convênio de arrendamento da estrutura da Coagel. O acordo seria válido por sete anos.

A Coagel foi fundada em 1974, reúne aproximadamente 1,7 mil associados de dez municípios e gera receita anual de R\$ 600 milhões. O plano de investimentos da Coamo para o triênio 2012-2014 prevê alocação de R\$ 275 milhões em suas instalações.

LIMA, Marli. No Paraná, Coamo incorpora Coagel. *Valor Econômico*, São Paulo, 10 maio 2012. Empresas, p. B14.

COMÉRCIO

Condor investe R\$ 30 milhões em Pinhais

A rede de hipermercados Condor inaugurou sua primeira loja no município de Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), na qual alocou cerca de R\$ 30 milhões. Esse é o trigésimo quarto estabelecimento do grupo, que registrou faturamento de R\$ 2,14 bilhões no ano passado, um crescimento de 24% em relação a 2010. A rede planeja encerrar o ano com a realização de novos investimentos: aquisição de terrenos e construção de lojas em Curitiba e Paranaguá – esta para substituir operação realizada em prédio alugado. Estima-se que o valor das inversões alcance R\$ 120 milhões em 2012.

CONDOR abre loja de R\$ 30 milhões em Pinhais. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 jun. 2012. Economia, p. 7.

RIOS, Cristina. Classe emergente move o Condor. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 jun. 2012. p. 25.

INDÚSTRIA

Visum fecha unidade industrial de Curitiba

Fundada em 1997, a indústria de material eletrônico Visum fechou sua planta em Curitiba. Em 2011, a empresa deixou de fabricar *netbooks* para a companhia taiwanesa Asus, contrato que representava cerca de 80% de seu faturamento anual.

* Elaborado com informações disponíveis de 1.º/05/2012 a 30/06/2012.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

A Visum conta com uma subsidiária em Pato Branco (Sudoeste Paranaense), que continuará em funcionamento com nova marca (Hi-Mix) e razão social.

CASTANHO, Igor. Visum busca recuperação no interior. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 maio 2012. p. 21.

GUIMARÃES FILHO, Carlos. Visum encerra atividades em Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 05 maio 2012. p. 21.

Vapza expandirá instalações em Castro

A fabricante de alimentos Vapza investirá R\$ 4 milhões ao longo de 2012 para elevar a capacidade instalada de sua planta em Castro (Região Centro-Oriental Paranaense). Estima-se que a capacidade de produção cresça 80%, alcançando 1.100 toneladas ao mês. No ano passado, a companhia investiu R\$ 10 milhões na modernização de maquinário e lançamento de novos produtos.

Criada em 1995, a Vapza exporta atualmente para Angola, Inglaterra, Panamá e Venezuela. Embora planeje aumentar a abrangência de seu mercado externo, a empresa priorizará a inserção de seus produtos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde ainda não atua.

CASADO, Letícia. Vapza reduz pacote e atrai mulheres. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 jun. 2012. Empresas, p. B4.

SERVIÇOS

Grupo suíço adquire participação na Neodent

Empresa curitibana de serviços de implantes dentários, a Neodent teve 49% do seu capital social adquirido pelo grupo suíço Straumann. Maior empresa do setor no País, a Neodent foi criada há 20 anos e registrou faturamento de R\$ 167 milhões em 2011. A capitalização permitirá à empresa brasileira implementar projetos de expansão internacional – investimentos nos mercados espanhol, indiano, mexicano e português estão em estudos.

O grupo Straumann alocou cerca de R\$ 550 milhões nessa participação societária.

BRODBECK, Pedro. Multinacional compra 49% da Neodent por R\$ 550 milhões. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 maio 2012. p. 19.

KOLKE, Beth. Grupo suíço Straumann compra 49% da Neodent. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 maio 2012. Empresas, p. B5.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012 ⁽¹⁾	1 393	2 005	1 439	35 640	166 039	4 659	29 137	724 266	24 857

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012 ⁽¹⁾	69 502	97 042	1 396	651 564	52 160 305	80 054	57 950	222 209	3 834

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011 ⁽¹⁾	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012 ⁽¹⁾	472 235	700 109	1 483	73 094	153 783	2 104	179 634	4 025 267	22 408

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011 ⁽¹⁾	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012 ⁽¹⁾	2 986 773	16 707 544	5 594	4 460 003	10 891 349	2 442	792 226	2 278 746	2 876

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2012

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Fevereiro	227 467	20 637	45 795
1998	854 517	236 358	193 435	Março	248 135	23 633	51 843
1999	957 237	198 873	229 466	Abril	218 169	22 487	43 411
2000	1 041 412	181 113	235 315	Maió	237 488	25 059	50 548
2001	1 121 828	197 985	263 451	Junho	233 006	23 759	46 637
2002	1 235 681	219 350	333 951	Julho	241 015	21 342	60 648
2003	1 344 398	219 774	359 139	Agosto	249 963	21 460	62 635
2004	1 557 656	276 808	340 645	Setembro	241 461	21 183	61 548
2005	1 788 481	308 947	367 765	Outubro	244 781	24 829	53 044
2006	1 856 538	316 897	390 394	Novembro	245 610	25 796	52 868
2007	2 057 318	295 010	437 152	Dezembro	253 704	28 070	55 340
2008	2 480 908	279 609	454 340	2012 ⁽¹⁾	754 894	63 299	164 679
2009	2 489 061	282 220	509 156	Janeiro	249 459	21 202	53 545
2010	2 725 634	338 599	531 514	Fevereiro	237 860	20 893	52 082
2011 ⁽¹⁾	2 868 973	279 585	629 586	Março	267 575	21 204	59 052
Janeiro	228 175	21 329	45 270				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2012

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011 ⁽¹⁾	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 911	38,21	385 059	2,21	17 394 228
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maió	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684
Agosto	817 671	44,84	290 316	15,92	670 794	36,79	44 571	2,45	1 823 353
Setembro	807 452	49,27	270 041	16,48	530 871	32,39	30 568	1,87	1 638 932
Outubro	595 757	42,69	161 819	11,60	597 683	42,82	40 412	2,90	1 395 671
Novembro	543 779	39,59	206 787	15,06	586 951	42,74	35 876	2,61	1 373 394
Dezembro	542 200	37,70	190 371	13,24	678 258	47,16	27 434	1,91	1 438 264
2012 ⁽¹⁾	3 608 039	49,38	759 656	10,40	2 785 577	38,13	152 839	2,09	7 306 111
Janeiro	505 985	44,82	137 019	12,14	466 341	41,31	19 497	1,73	1 128 842
Fevereiro	483 922	38,62	142 155	11,34	594 261	47,42	32 827	2,62	1 253 166
Março	725 431	49,94	138 024	9,50	563 298	38,78	25 912	1,78	1 452 665
Abril	813 746	56,05	75 665	5,21	532 898	36,71	29 385	2,02	1 451 695
Maió	1 078 955	53,42	266 792	13,21	628 779	31,13	45 217	2,24	2 019 744

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2012

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 760 737	20 154 548
2011 ⁽¹⁾	17 394 228	18 767 165	- 1 372 936	256 039 575	226 240 411	29 799 164
Janeiro	864 680	1 283 620	- 418 939	15 214 353	14 816 982	397 371
Fevereiro	1 027 035	1 175 349	- 148 314	16 732 470	15 538 563	1 193 907
Março	1 327 415	1 348 425	- 21 010	19 285 977	17 732 087	1 553 890
Abril	1 567 543	1 454 539	113 004	20 172 977	18 311 863	1 861 114
Maio	1 701 132	1 679 667	21 465	23 208 657	19 685 240	3 523 417
Junho	1 741 126	1 651 753	89 372	23 689 079	19 259 456	4 429 623
Julho	1 495 684	1 453 013	42 671	22 251 877	19 113 873	3 138 004
Agosto	1 823 353	1 879 676	- 56 323	26 158 507	22 270 078	3 888 429
Setembro	1 638 932	1 749 676	- 110 743	23 285 058	20 212 405	3 072 653
Outubro	1 395 671	1 662 983	- 267 312	22 139 953	19 781 728	2 358 225
Novembro	1 373 394	1 825 100	- 451 706	21 773 463	21 201 857	571 606
Dezembro	1 438 264	1 603 365	- 165 101	22 127 204	18 316 279	3 810 925
2012 ⁽¹⁾	7 306 111	7 991 762	-685 650	97 860 855	91 595 402	6 265 453
Janeiro	1 128 842	1 776 015	-647 173	16 141 225	17 440 028	- 1 298 802
Fevereiro	1 253 166	1 257 534	- 4 368	18 027 792	16 317 952	1 709 840
Março	1 452 665	1 606 695	- 154 030	20 910 732	18 889 973	2 020 759
Abril	1 451 695	1 579 858	- 128 163	19 556 298	18 685 310	880 988
Maio	2 019 744	1 771 660	248 084	23 214 807	20 262 138	2 952 669

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2012

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11
Combustíveis e lubrificantes	91,72	94,09	110,19	117,46	121,97	119,36	99,75	102,36	104,67	103,54	104,07	100,00	99,43	94,96	104,41
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,90	77,08	72,65	70,22	78,27	72,79	77,22	82,30	85,45	89,23	94,33	100,00	93,75	88,16	96,27
Hipermercados e supermercados	79,06	77,72	73,50	71,10	79,28	73,12	77,47	82,60	85,62	89,44	94,36	100,00	93,87	88,08	96,32
Tecidos, vestuário e calçados	89,69	90,65	79,79	83,26	89,41	90,21	88,90	93,49	97,72	97,10	101,79	100,00	91,40	77,75	88,09
Móveis e eletrodomésticos	37,29	35,60	35,03	37,40	48,40	54,75	59,50	66,90	73,49	73,79	85,56	100,00	99,65	84,06	86,75
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,47	45,67	48,52	51,25	58,33	71,99	85,86	100,00	87,47	84,54	95,66
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,67	70,65	68,04	70,93	80,57	88,49	102,23	100,00	128,02	137,31	109,44
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,36	11,30	17,12	21,99	43,75	69,67	95,37	100,00	72,18	77,31	84,66
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,89	47,78	55,48	60,59	71,31	79,09	91,71	100,00	85,96	76,67	85,28
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,01	62,44	62,02	62,55	69,61	68,93	70,95	75,99	81,34	85,59	93,47	100,00	93,67	86,25	93,55

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)														
	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	
Combustíveis e lubrificantes	91,88	96,79	98,29	101,64	107,35	100,94	100,53	99,45	104,34	106,19	109,03	99,93	110,25	105,55	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	105,63	91,08	94,59	101,09	99,69	98,74	101,93	100,83	128,26	99,89	93,99	97,13	108,61	99,81	
Hipermercados e supermercados	105,68	90,91	94,55	101,05	99,64	98,77	101,98	100,63	128,53	110,35	113,54	106,78	112,86	108,23	
Tecidos, vestuário e calçados	100,01	107,39	97,95	92,28	94,46	94,23	93,57	94,84	168,03	110,87	114,31	107,32	113,22	108,63	
Móveis e eletrodomésticos	85,16	108,03	85,60	96,53	98,20	98,01	97,17	105,96	154,87	92,74	91,20	77,57	98,04	104,15	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	90,04	98,32	97,97	100,71	103,11	100,09	104,34	106,44	131,30	107,71	124,19	97,91	110,13	98,61	
Livros, jornais, revistas e papelaria	98,00	110,59	99,59	99,26	104,06	92,34	49,57	50,19	121,63	111,42	107,85	101,95	123,03	112,84	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	79,83	112,96	120,87	117,44	117,81	120,06	89,64	96,74	110,50	119,52	154,67	131,46	107,97	83,97	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	90,60	90,57	94,22	95,11	101,57	85,70	100,99	102,77	190,56	84,86	78,16	71,77	95,72	93,79	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	97,06	97,38	94,79	99,82	100,81	98,42	99,47	101,11	137,68	103,07	106,08	88,76	105,01	112,44	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2012

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																			
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6	150,3
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5	129,1
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	130,9
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																		
	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Maió/11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Maió/12
Indústria de transformação	160,9	149,7	135,7	153,4	142,3	154,7	164,5	169,4	185,2	161,7	167,0	172,5	174,2	156,1	157,3	137,6	176,5	145,7	163,3
Alimentos	117,4	87,0	91,6	109,1	114,1	133,5	132,6	136,0	130,2	138,5	125,9	112,2	97,9	109,8	90,7	96,0	114,0	113,2	135,0
Bebidas	141,6	128,2	124,0	141,5	137,1	130,7	108,4	118,8	148,2	148,5	167,1	171,3	175,6	134,7	131,2	135,3	147,7	135,6	123,5
Madeira	87,1	77,8	74,3	83,4	79,6	82,4	82,1	95,8	95,5	97,2	99,4	98,8	79,7	96,8	96,8	90,0	102,3	91,7	103,3
Celulose, papel e produtos de papel	140,8	148,1	135,1	152,2	140,3	146,4	104,5	145,4	140,3	144,0	143,7	138,8	151,1	141,7	148,0	133,5	149,4	138,6	139,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	422,8	748,1	153,1	389,8	187,3	172,9	484,6	388,3	642,8	282,9	363,2	499,8	761,0	548,5	993,1	346,3	737,3	313,7	351,9
Refino de petróleo e álcool	102,8	93,1	81,4	82,7	102,2	115,1	109,0	109,3	117,3	111,3	107,1	109,3	95,6	101,7	96,2	95,2	97,3	101,0	118,6
Outros produtos químicos	68,5	70,8	72,4	54,5	58,9	78,4	79,5	79,9	62,6	69,7	68,3	66,6	60,9	56,8	70,5	52,7	48,0	46,4	66,4
Borracha e plástico	134,8	124,7	125,9	139,5	126,3	132,6	137,6	139,7	143,0	145,4	137,4	139,9	125,4	135,7	135,3	123,2	140,2	131,6	148,0
Minerais não metálicos	133,8	124,0	124,7	136,1	134,1	140,8	135,6	137,5	135,9	135,5	140,8	132,4	128,4	126,8	119,2	128,3	133,8	119,6	133,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	132,8	118,3	119,8	132,9	130,1	143,6	133,2	136,5	142,5	139,0	133,5	136,3	127,7	132,4	120,8	124,8	138,1	134,1	144,1
Máquinas e equipamentos	171,0	146,1	179,9	203,8	155,3	183,8	177,6	145,6	162,7	155,3	186,3	179,1	176,9	176,4	193,8	152,8	180,1	167,8	187,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	149,1	115,8	153,0	151,1	117,2	175,3	169,6	169,7	160,2	147,7	150,7	159,0	120,3	137,8	115,1	134,8	163,1	124,9	151,1
Veículos automotores	409,4	275,5	384,8	369,9	378,4	378,0	396,2	459,6	500,6	410,3	436,2	472,2	450,5	327,6	174,9	315,6	421,7	350,2	375,4
Mobiliário	102,7	100,8	103,8	93,7	85,1	98,1	95,9	102,2	112,4	110,8	109,7	113,7	106,3	98,7	91,2	93,5	106,7	95,5	106,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2012

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	109,9	104,2	105,5	107,4	108,8	
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	68,4	67,9	66,6	66,7	
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,4	104,7	106,0	107,9	109,4	
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	152,2	155,0	161,8	168,6	
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	205,7	278,4	293,5	302,4	
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	84,6	85,8	86,3	87,3	
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,3	87,8	91,6	89,7	88,5	
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	92,0	89,9	91,0	91,5	91,7	
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	31,9	31,2	31,6	31,5	
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	134,1	132,8	133,7	133,1	
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	180,3	185,2	218,9	224,8	
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	101,2	100,7	99,4	97,4	97,8	
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	77,9	78,6	81,5	80,9	
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	126,6	127,5	128,1	126,8	
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	82,2	82,9	83,7	84,1	
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	123,1	127,3	124,7	123,2	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	166,1	164,1	164,9	161,5	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	121,3	124,3	128,7	133,2	
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	159,2	160,1	162,7	165,9	
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	63,4	64,0	65,9	69,0	

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Mai/11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	
Indústria geral	111,0	111,6	111,8	112,2	112,4	112,8	111,5	109,2	110,9	109,0	110,1	111,1	113,5	
Indústrias extrativas	67,8	67,4	65,9	66,4	68,2	66,8	65,7	64,1	66,0	66,6	65,9	66,3	65,3	
Indústria de transformação	111,6	112,1	112,4	112,7	113,0	113,3	112,0	109,8	111,5	109,6	110,7	111,6	114,1	
Alimentos e bebidas	177,9	181,6	182,3	181,8	183,2	182,4	178,5	174,5	177,7	172,2	174,7	176,0	187,8	
Fumo	279,9	172,8	100,4	98,2	93,2	101,6	106,8	110,8	265,0	215,1	247,7	301,6	295,7	
Têxtil	87,4	87,2	86,6	86,1	88,7	89,9	91,9	88,8	94,8	92,7	94,6	94,8	97,1	
Vestuário	89,7	88,2	88,7	89,3	89,1	87,6	86,4	83,5	77,3	80,6	78,4	76,0	74,0	
Calçados e couro	95,9	92,6	95,8	93,1	91,1	90,9	89,3	90,7	87,5	91,1	88,6	84,8	85,6	
Madeira	30,7	30,3	30,4	30,2	30,2	30,4	29,9	29,7	29,4	29,3	29,6	29,5	29,4	
Papel e gráfica	132,4	135,8	137,5	134,9	135,0	135,2	135,9	135,1	132,8	135,5	134,5	131,2	130,0	
Refino de petróleo e combustíveis	230,7	231,8	237,9	232,3	232,0	229,4	214,4	194,7	216,5	201,0	204,6	216,9	243,7	
Produtos químicos	100,0	100,5	102,9	103,3	104,2	103,4	102,8	101,8	109,0	106,6	108,6	109,4	111,3	
Borracha e plástico	81,1	78,7	79,3	79,7	80,7	81,3	81,9	79,4	79,3	78,8	78,0	80,4	79,9	
Minerais não-metálicos	129,0	132,3	132,2	132,4	133,1	136,3	136,0	136,1	140,1	136,2	140,4	142,0	141,8	
Metalurgia básica	83,9	84,5	84,1	84,8	85,9	88,2	88,6	88,4	89,7	88,9	89,3	89,9	90,7	
Produtos de metal ⁽¹⁾	127,7	129,8	125,7	121,4	113,1	114,2	112,9	110,5	121,7	110,9	123,9	125,3	126,6	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	159,5	157,2	152,0	152,5	151,9	155,4	155,3	152,6	155,2	155,7	154,8	154,8	155,3	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	139,0	139,9	142,1	160,3	164,0	170,5	169,6	165,5	171,3	160,8	163,3	176,9	184,3	
Fabricação de meios de transporte	168,0	168,9	172,0	172,5	173,3	175,6	174,4	170,2	172,7	171,4	170,9	174,6	174,0	
Fabricação de outros produtos	68,9	69,3	69,5	69,3	70,3	69,2	67,7	67,2	67,7	67,5	67,4	67,7	68,2	

FONTES: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2012

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	21 885	10 110	9 194	30 592	4 459	-	76 240
jan. 2012	3 983	3 819	-680	7 733	-202	-	14 653
fev. 2012	3 421	1 231	1 349	8 739	-665	-	14 075
mar. 2012	4 859	850	3 411	4 890	841	-	14 851
abr. 2012	6 388	1 794	3 207	5 565	3 969	-	20 923
maio 2012	3 234	2 416	1 907	3 665	516	-	11 738

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2011

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010 ⁽³⁾	226 071	8,30	3 770 085	7,50
2011 ⁽³⁾	251 579	4,00	4 143 013	2,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

